



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018**  
**(Processo Administrativo n.º 23107.015028/2017-13)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal do Acre, vinculada ao Ministério da Educação, sediada no Campus Universitário – BR 364, KM 04, Bairro Distrito Industrial, CEP: 69.920-900, através de seu Pregoeiro e sua equipe de apoio nomeados pela Portaria Nº 1.764/2018, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **25/07/2018**

Horário: **11h00min (Horário oficial de Brasília)**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**UASG: 154044**

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com trocas de peças, nas bombas d'água nas unidades da Universidade Federal do Acre: Colégio de Aplicação, Campus Rio Branco, Campus Floresta em Cruzeiro do Sul, Campus Fronteira do Alto Acre em Brasiléia, e Núcleo Xapuri, Fazenda Catuaba e Reserva Florestal Humaitá, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens e grupos, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens e grupos forem de seu interesse.*

## 2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



- 2.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 2.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MP nº 2, de 2010.

3.1.1. **Com exceção da manutenção corretiva do anexo II, os demais itens e grupos a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.**

3.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.2.4. que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

3.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

3.3. Como condição de participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



3.3.1.1. nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.3.1.1. nos itens não exclusivos, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

3.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

3.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

3.3.6. *que cumpre os requisitos do Decreto n. 7174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.*

#### 4. DO ENVIO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

4.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

4.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.6.1. **valor unitário do item;**

4.6.2. Descrição detalhada do objeto, contendo, entre outras, as seguintes informações:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



- 4.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 4.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 4.8.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.8.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN 5/2017);
- 4.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## 5. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, *ou não apresentem especificações técnicas contidas no Termo de Referência.*
- 5.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



5.7.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.**

5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,05 (zero virgula zero cinco).*

5.9.1. *Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão.*

5.9.2. *Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.*

5.10. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos

5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos

5.15. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

5.16. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

5.18. Em relação aos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018**



maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.22. Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

5.23. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

6.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

6.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:

7.2.1. contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

7.2.4. não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e produtividade adotada.

6.3. Os licitantes podem apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



- 6.4. Para efeito do subitem acima, poderá haver adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando a assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço;
- 6.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 6.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 6.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.7.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 6.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 6.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 6.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 6.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.11. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## 7. DA HABILITAÇÃO

- 7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 7.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:

7.5. **Habilitação jurídica:**

8.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.5.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.5.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.5.7. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.5.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018**



**8.6. Regularidade fiscal e trabalhista:**

- 8.6.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.6.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.6.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.6.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.6.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.6.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.6.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais (ou estaduais) relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal (Fazenda Estadual) do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.6.8. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**8.7 Qualificação Econômico-Financeira:**

- 8.7.1 certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 8.7.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
  - 8.7.2.1 O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (Dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

**8.8 As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



8.8.1. Será exigida apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços semelhantes às do objeto da licitação

8.8.2. Demais exigências previstas em Edital.

8.8.3. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.8.3.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.8.3.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

8.8.2.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.8.2.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.9. As empresas cadastradas ou não no SICAF deverão apresentar ainda:

8.9.1. **Atestado de vistoria** assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;

OU

8.9.2. **Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento**, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo VI deste Edital.

8.10. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.11. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail **licitacao.ufac@gmail.com**. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 03 (três) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload), fac-símile (fax) ou e-mail.

8.11.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 11.10.10.

8.12.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.13. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018**



- 8.16. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- 8.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.20. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

9.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

- 9.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 9.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 9.1. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 9.1.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 9.1.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. *A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:*

- 10.1.1. *ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018**



10.1.2. *apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.*

10.1.3. *conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.*

10.2. *A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.*

10.2.1. *Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.*

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.





## 12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

13.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.4. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

## 14. DO REAJUSTE

14.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

## 15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018**



## **17. DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

17.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.2.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.3.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

17.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017

17.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



17.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I=(TX/100)$$

365

EM = I x N x VP, sendo:

I = índice de atualização financeira;

TX= Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM=Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018**



## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 18.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 18.1.2. apresentar documentação falsa;
- 18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 18.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.5. não mantiver a proposta;
- 18.1.6. cometer fraude fiscal;
- 18.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 18.3.1. Multa de 5,00% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 18.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

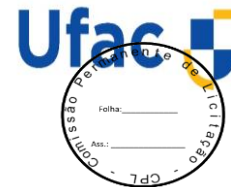
18.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

19.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018**



- 19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-licitacao.ufac@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, Campus Universitário, BR 364, KM 04, Sala 19, Bloco José Guimard dos Santos (Reitoria).
- 19.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 19.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 19.7.** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018**



20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Campus Universitário, BR 364, KM 04, SALA 19 - CPL, Bloco Senador José Guiomard dos Santos (Reitoria), Rio Branco-AC, CEP 69920-900, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;

- 20.10.1.1. ANEXO I- A - Termo de Referência;
- 20.10.1.2. ANEXO II - Termo de Referência;
- 20.10.1.3. ANEXO III - Termo de Referência;
- 20.10.1.4. ANEXO IV - Termo de Referência;
- 20.10.1.5. ANEXO V- Termo de Referência;
- 20.10.1.6. ANEXO VI - Termo de Referência;

20.10.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

20.10.3. ANEXO III – Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;

20.10.4. ANEXO IV – Modelo de Termo de Vistoria Técnica;

20.10.5. ANEXO V - Modelo de Declaração de Desistência de Vistoria Prévia;

20.10.6. ANEXO VI – Modelo de declaração de sustentabilidade Ambiental.

Rio Branco - Acre, 04 de julho de 2018.

**Jânio da Cunha Bastos**

**Pregoeiro**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



ANEXO I – Termo de Referência

PROJETO BÁSICO PREFCAM Nº 04/2017

**1 DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com trocas de peças, nas bombas d'água nas unidades da Universidade Federal do Acre: Colégio de Aplicação, **Campus Rio Branco, Campus Floresta, em Cruzeiro do Sul, Campus Fronteira do Alto Acre, em Brasília e Núcleo Xapuri, Fazenda Catuaba e Reserva Florestal Humaitá** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

**2. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**2.1.** Objeto desta contratação se classifica como **SERVIÇOS COMUNS**, nos termos do § 1º do artigo 2º do Decreto nº 5.450/2005, e do parágrafo único do art. 1º, da Lei no 10.520/2002, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

**2.2.** O presente Termo de Referência define padrões de desempenho e qualidade de forma objetiva e conforme especificações usuais do mercado. Dessa forma, a competição será baseada unicamente nos preços propostos pelos concorrentes, pois não haverá apreciação de propostas técnicas, estando aderente ao Acórdão nº 313/2004 do Tribunal de Contas da União.

**2.3.** Além do mais, o Serviço é classificado pela administração como sendo **CONTÍNUO** isto baseado nas precedentes de necessidade julgada pela administração, ou seja, a falta de manutenção nos equipamentos ocasiona problemas no funcionamento, sendo recomendada pelas normas técnicas a manutenção preventiva e corretiva continuamente, além claro da necessidade de se estender por mais de um exercício financeiro, na forma do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

**2.4.** A falta de água nos prédios em decorrência de falhas nas bombas d'água compromete sensivelmente as atividades finalísticas da Instituição, ocasionando até mesmo a impossibilidade da prestação das atividades meio e fim da CONTRATANTE, o que confirma o caráter de continuidade dos serviços objeto deste termo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



**2.5.** Os serviços aqui descritos não envolvem criação, inovação ou conjugação de requisitos técnicos especiais, desconhecidos pelo mercado. Por outro lado, o mercado domina a solução pretendida, os objetos aqui elencados são ofertados por muitas empresas e comparáveis entre si com facilidade.

**2.6.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

**2.7.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A contratação do referido serviço visa dar manutenção periódica e especializada nas bombas d'água da CONTRATANTE, com garantia nos serviços prestados, melhorando assim a captação de água na UFAC.

**3.2.** A finalidade desse instrumento é proporcionar condições essenciais para o perfeito funcionamento das bombas d'água, garantindo, assim, a consecução dos objetivos subjacentes à existência desses equipamentos.

**3.3.** A prestação dos serviços a serem contratados tem natureza continuada e técnica, e é de se salientar que, para o exercício da atividade supra, inexistem quadros funcionais na Contratante. Nesta esteira, a edição do Decreto n.º 2.271/97 possibilitou às Unidades Administrativas a contratação, de forma indireta, de diversas atividades, dentre as quais situa-se a que é objeto do presente Termo de Referência.

**3.4.** Portanto tem-se o objetivo de garantir a operacionalidade e a segurança no funcionamento das bombas da UFAC, com manutenções preventivas e corretivas, prolongamento a vida útil do equipamento e proporcionando o perfeito funcionamento da Administração e o atendimento das finalidades precípuas deste órgão.

**3.5.** É de informar que a falta de empresa especializada na manutenção de bombas d'água faz com que estas por vezes fiquem desligadas, com problemas de funcionamento, causando diversos transtornos para a CONTRATANTE, justificando assim a necessidade de contratação de uma empresa para a manutenção com o respectivo fornecimento de peças de reposição.

**3.6.** Quanto à utilização do **Sistema de Registro de Preços** esta é a opção que melhor se adéqua à necessidade da UFAC pelo motivo de surgirem outras necessidades referentes ao objeto da presente contratação ao longo do ano, bem como por ser um contrato de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



manutenção (preventiva e corretiva) não há como prever quantas manutenções corretivas serão demandadas ao longo da execução contratual, por isso, a necessidade dos serviços objeto do presente Termo serem fornecidos por Pessoa Jurídica através de Pregão Eletrônico – Sistema de **Registro de Preços** (Art. 3º, inciso II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa, do Decreto 7.892/2013).

#### 4. DOS SERVIÇOS E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**4.1.** Todos os serviços relativos ao presente documento consistem em manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e componentes de reposição. Entende-se isso por todas as ações e intervenções permanentes, periódicas ou pontuais e emergenciais nas bombas, suas peças e componentes de propriedade do CONTRATANTE que resultem, respectivamente, na manutenção do estado de uso ou de operação, e na recuperação do estado de uso ou de operação, para que os equipamentos e seus componentes constantes no objeto deste documento sejam garantidos e funcionem corretamente, classificando-se em:

**4.1.1. Manutenção Preventiva – Caracteriza-se por todas as atividades técnicas e administrativas destinadas a manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento e conservação, substituições de peças, quando necessário bem como prolongar a vida útil dos mesmos, sendo estas compostas, no mínimo, dos seguintes itens:**

- Retirada da bomba;
- Revisão hidráulica (canos, luvas e conexões),
- Revisão elétrica (fios, disjuntores e botões de comando),
- Revisão de bombas (escovas, rolamentos, motor elétrico e rotor),
- Limpeza geral (composto de desmontagem de bombas),
- Pintura de bombas,
- Revisão e lubrificação dos rolamentos;
- Revisão e lubrificação do rotor e outras tarefas de rotina;
- Recolocação da Bomba.

**4.1.2. Manutenção Corretiva –** tem por objetivo o restabelecimento dos componentes dos equipamentos às condições ideais de funcionamento, caracteriza-se pela atividade técnica de recuperação dos equipamentos e consistem em reparos, substituições de peças, quando necessário, e será composta, no mínimo, dos seguintes itens:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



- Retirada da bomba;
- Serviços de Reposição de Peças;
- Reparos na Parte Hidráulica (retirada e instalação da bomba);
- Reparos na parte elétrica do quadro de comando;
- Rebobinagem no motor e testes funcionais;
- Serviços gerais para funcionamento da bomba.
- Recolocação da Bomba.

**4.2. Os serviços de Manutenção Preventiva serão executados conforme discriminado abaixo:**

**4.2.1.** Sob demanda, após emissão de Ordem de Serviço de manutenção preventiva.

**4.2.2.** Após o recebimento da Ordem de Serviço a CONTRATADA terá o prazo de 05 dias corridos para iniciar a execução dos serviços.

**4.2.3.** As manutenções preventivas deverão ser executadas no horário normal de expediente, de modo que não prejudique o funcionamento das atividades do CONTRATANTE. Ainda assim, sempre que necessário este procedimento poderá ser realizado fora do horário normal, independente do equipamento, não implicando em qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**4.2.4.** A manutenção preventiva incluirá toda mão de obra, ferramentas, materiais de consumo, transporte, necessários para a realização do serviço de manutenção preventiva.

**4.3. Os serviços de Manutenção Corretiva serão executados conforme discriminado abaixo:**

**4.3.1.** A manutenção corretiva será realizada sob demanda, após emissão de Ordem de Serviço.

**4.3.2.** Após o recebimento da Ordem de Serviço a CONTRATADA terá o prazo de 05 dias corridos para iniciar a execução dos serviços, exceto nas Ordens de Serviço emergenciais em que a CONTRATADA terá no máximo 12 horas para iniciar os serviços.

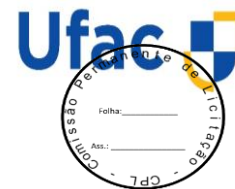
**4.3.3.** A manutenção corretiva incluirá toda mão de obra, ferramentas, materiais de consumo, transportes, fornecimento de peças e componentes de reposição dos equipamentos a serem mantidos.

**4.3.4.** A CONTRATADA deverá observar que, nos casos de manutenção corretiva com substituição de peças, equipamentos ou acessórios, o prazo para normalização do sistema será de no máximo 05 (cinco) dias úteis;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



**4.3.5.** A formalização imediata da comunicação ao CONTRATANTE quando houver necessidade de maior prazo para a execução do serviço, justificando e propondo novo prazo será feita pela CONTRATADA, o qual poderá ou não ser aceito pelo fiscal do Contrato.

**4.4.** Ao final de cada Manutenção Preventiva ou Corretiva a CONTRATADA elaborará Relatório de Manutenção, descrevendo os serviços executados e o estado do equipamento.

**4.5.** No caso de manutenção corretiva ou preventiva com duração superior a 12 horas, a CONTRATADA deverá providenciar bomba substituta sem custos adicionais para a CONTRANTE até que a manutenção seja concluída.

**4.6.** Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações e equipamentos, não cabendo, portanto, pretensão de futura cobrança de “serviços extras” ou de alterações nas composições de preços unitários.

## 5. PRERIODICIDADE

**5.1.** Os serviços de manutenção de caráter preventivo e corretivo serão realizados conforme anexos I a VI.

## 6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

**6.1.** A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

**6.1.1.** A contratação do presente Termo de Referência visa à manutenção preventiva e corretiva necessárias ao perfeito funcionamento das bombas d’água da CONTRATANTE com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra qualificada para a execução dos serviços de manutenção citados, bem como à rotineira inspeção minuciosa de todo o conjunto.

**6.1.2.** Todos os materiais de consumo e peças fornecidos pela Contratada, que serão empregados nos serviços, deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.

**6.1.3.** A Contratada deverá garantir, durante toda a vigência do contrato, a disponibilização e o fornecimento de materiais de consumo e peças de reposição e mão de obra necessária à execução do objeto.

**6.1.4.** A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados que apresentarem vícios, defeitos ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



incorrekções resultantes da execução, com garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento dos serviços, conforme art. 69 da Lei nº 8.666/93.

**6.1.5.** O Fornecimento de peças de reposição devem estar previstos no preço da CONTRATADA, não sendo aceito posteriormente o pedido de pagamentos extras.

## **7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**7.1.** A previsão de recursos necessários para a execução dos serviços está contemplada na programação orçamentária do exercício de 2017 da Universidade Federal do Acre.

## **8. ESTIMATIVA DE CUSTOS**

**8.1.** Conforme **ANEXO II-VI**

## **9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**9.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **10. DO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**

**10.1.** A CONTRATADA deverá:

**10.1.1.** Arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de materiais de consumo empregados nos serviços, tais como: lixas, lubrificantes, graxas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza, fita isolante, veda-rosca, colas e adesivos, solda, pilhas, baterias, materiais de escritório, anilhas, conector terminal (compressão e pressão), abraçadeiras de nylon, parafusos, arruelas, pincéis, óleos e outros necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de primeira qualidade e estar em condição de uso;

**10.1.2.** Manter os equipamentos e ferramentas em perfeito estado de conservação, manutenção, segurança e higiene, prontos para utilização em qualquer tempo, bem como adequados à produtividade compatível com as respectivas especificações técnicas, substituindo-os ou consertando-os no caso de defeito, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



- 10.1.3.** Garantir que os equipamentos e ferramentas sejam de boa qualidade, ou seja, de primeira linha;
- 10.1.4.** Fornecer, sempre que solicitado pelo fiscal do Contrato, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução;
- 10.1.5.** Apresentar ao fiscal do Contrato todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos.
- 10.1.6.** A destinação final (descarte) é de responsabilidade da CONTRATADA, e se dará após a apresentação ao Fiscal;
- 10.1.7.** **Substituir peças, equipamentos ou acessórios mediante prévia comprovação da necessidade pela CONTRATADA e autorização do fiscal do Contrato, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;**
- 10.1.8.** Caso o CONTRATANTE constate qualquer negligência por parte da CONTRATADA, cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, estas serão fornecidas pela CONTRATADA sem ônus para o CONTRATANTE.
- 10.1.9.** Não serão aceitos materiais/peças de reposição com marcas distintas das existentes, exceto quando caracterizar-se como material “fora de linha” (obsoleto), ou comprovada a equivalência técnica através de testes e ensaios previstos por normas e submetidos à análise e aceite pelo fiscal do Contrato.
- 10.1.10.** Se julgar necessário, o fiscal do Contrato poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados na instalação dos equipamentos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA e executados por laboratórios aprovados pelo fiscal do Contrato.
- 10.1.11.** Os custos de ensaios, verificações e testes de equivalência, de qualidade, de recebimento ou quaisquer outros, deverão estar implícitos no valor do contrato, não cabendo nenhuma reivindicação de ressarcimento pela CONTRATADA.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 11.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



- 11.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.5.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 11.6.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 11.7.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 11.8.** Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 11.9.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 11.10.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.11.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 11.12.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.13.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.16.** Emitir RELATÓRIO após a execução da ordem de serviço.

**11.16.1.** O relatório deverá conter todos os serviços prestados, as rotinas de manutenção verificadas, peças e componentes substituídos, materiais utilizados, testes realizados, intervenções, regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, problemas detectados, sugestões para melhorias e outros elementos considerados importantes pelo CONTRATANTE ou pela CONTRATADA.

**11.17.** Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços descritos neste documento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ou demissão.

**11.18.** Em hipótese alguma, haverá qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços, conforme art. 71 da Lei nº 8.666/93;

**11.19.** Providenciar a reposição, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, de qualquer profissional, em suas ausências, por qualquer motivo ou quando o fiscal julgar insatisfatório o serviço prestado ou quando a conduta for prejudicial ou inconveniente à disciplina ou ao interesse público.

**11.19.1.** É vedado o retorno do profissional, cuja conduta seja prejudicial ou inconvenientes, as dependências do CONTRATANTE, inclusive para cobertura de licenças, dispensas, suspensões ou férias de outros empregados;

**11.19.2.** Submeter à avaliação do CONTRATANTE acervo técnico do profissional que, por qualquer razão, venha a realizar manutenção ou visita técnica.

**11.20.** Manter os equipamentos constantes do objeto deste documento em bom estado de funcionamento, eficiência e limpeza;

**11.21.** Cumprir os prazos estipulados pelo fiscal do Contrato. Caso haja necessidade de maior prazo, a CONTRATADA deverá formalizar comunicação ao CONTRATANTE, justificando as causas e propondo novos prazos;

**11.22.** Conhecer as especificações técnicas e todas as instalações e equipamentos que serão mantidos;

**11.23.** Não modificar as especificações dos equipamentos mantidos sem autorização por escrito do fiscal do Contrato. Os casos não abordados serão definidos pelo CONTRATANTE, visando sempre manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão;

**11.24.** Comunicar imediatamente ao fiscal do Contrato qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



- 11.25.** Solicitar, antecipadamente, autorização do CONTRATANTE para trabalhar em dias não úteis ou fora do horário de expediente, justificando o fato;
- 11.26.** Seguir criteriosamente as manutenções preventivas periódicas recomendadas pelo fabricante dos equipamentos, assim como pelo CONTRATANTE, de modo a manter a padronização, originalidade e operacionalidade dos equipamentos;
- 11.27.** Refazer as manutenções que o fiscal do Contrato julgar insatisfatórias ou forem constatados vícios, defeitos, imperfeições ou incorreções, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 11.28.** Cumprir as normas de segurança constantes de disposições legais estaduais e municipais pertinentes. Dar especial atenção às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 11.29.** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo fiscal do Contrato, atendendo prontamente a todas as reclamações ou solicitações;
- 11.30.** Responsabilizar-se por danos causados aos equipamentos e componentes dos equipamentos descritos neste documento, decorrentes de falha, negligência, imprudência, imperícia ou dolo dos empregados da CONTRATADA, arcando com todas as despesas necessárias, inclusive a substituição de peças, que se verificarem necessárias ao restabelecimento das condições originais dos equipamentos.
- 11.30.1.** Considera-se peças e componentes originais, aqueles produzidos ou pelo fabricante do equipamento ou por outro fabricante de peças e componentes, sempre que assegurada a qualidade do produto pelo próprio fabricante e atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.
- 11.31.** Assumir, caso execute serviço que resulte na perda da garantia do equipamento, durante o período remanescente da garantia, todo o ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.
- 11.32.** Providenciar toda e qualquer sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço;
- 11.33.** Designar preposto;
- 11.34.** Disponibilizar números de telefone do preposto, a fim de que possa ser contatado nos finais de semana, feriados ou após o expediente normal de serviços em caso de emergência, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 11.35.** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrentes de modificações de quantitativos, projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 65, da Lei 8.666/93, respeitando as disposições legais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



- 11.36.** Manter disciplina nos locais de realização dos serviços, retirando imediatamente, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
- 11.37.** Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;
- 11.38.** Manter sediado junto à Administração elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 11.39.** Manter todos os equipamentos e utensílios necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas.
- 11.40.** Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos permanecendo no local do trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável da Administração pelo acompanhamento dos serviços e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
- 11.41.** Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- 11.42.** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- 11.43.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- 11.44.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de acidentes nas áreas da Administração;
- 11.45.** Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- 11.46.** Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- 11.47.** Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Administração.
- 11.48.** Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



redução de desperdícios/poluição; e

- Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de asseio e conservação.

**11.49.** Realizar a prestação do serviço dentro do horário de expediente da UFAC, a saber, das: 08:00 às 18:00 h, de segunda à sexta-feira, nos dias úteis.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**12.2.** Emitir por meio da Fiscalização ordem de serviço;

**12.3.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**12.4.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**12.5.** Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

**12.6.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**12.7.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

## **13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**13.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**14.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

**14.2.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**14.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**14.4.** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

**14.5.** O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.6.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**14.7.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.8.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.9.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

**14.10.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



## 15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**15.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

**15.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

**15.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto.

**15.1.3.** Fraudar na execução do contrato.

**15.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo.

**15.1.5.** Cometer fraude fiscal.

**15.1.6.** Não mantiver a proposta.

**15.2.** A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**15.2.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.

**15.2.2.** Multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

**15.2.3.** Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**15.2.4.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

**15.2.5.** Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

**15.2.6.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

**15.3.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

**15.3.1.** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

**15.3.2.** Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

**15.3.3.** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



**15.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**15.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

**15.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 16. DA VISTORIA

**16.1.** É recomendável que a Licitante faça vistoria ao local onde serão executados os serviços para melhor elaborar sua proposta. Não será aceita qualquer alegação posterior por desconhecimento das condições existentes. Podendo vistoriar as instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 às 17:00 h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (68) 3229-3128.

**16.2.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**16.3.** Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

**16.4.** O preço inicialmente contratado poderá ser reajustado mediante prévia negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, bem como a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contada da data de apresentação da proposta, tendo como limite máximo a variação do IGP/DI-FGV, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, desde que a CONTRATADA justifique os novos valores através de demonstração analítica da variação dos custos do contrato.

## 17. DO ACORDO DO NÍVEL DE SERVIÇO

**17.1.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas, a CONTRATADA ficará sujeita aos descontos discriminados a seguir, relativos ao não cumprimento dos níveis de serviço contratados, de acordo com o estipulado na tabela a seguir:

Item	Descrição Incidência	Percentual*
1	Não entregar documentos e laudos no prazo estabelecido sem apresentar justificativa.	1%
	Não fornecer componentes ou peças de reposição no prazo.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



2		2%
3	Descumprimento do cronograma de rotinas de manutenção.	2%
4	Incluir informações falsas em relatório e laudos.	5%
5	Caso a manutenção corretiva não normalize o funcionamento do sistema no prazo máximo estipulado na autorização para sua realização, sem justificativa.	10%
6	Caso a fiscalização encontre falhas no sistema, ou pontos de evidente risco ao funcionamento do sistema não detectados pela empresa na manutenção preventiva.	15%

\* Referente ao custo mensal do contrato

## 18. DA FISCALIZAÇÃO

**18.1.** A FISCALIZAÇÃO da contratação será exercida pela Prefeitura do Campus, por meio de servidor designado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**18.2.** A FISCALIZAÇÃO de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**18.3.** Cabe à FISCALIZAÇÃO efetuar a avaliação da qualidade dos serviços, utilizando-se da metodologia constante do ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO;

## 19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**19.1.** Será exigida apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços semelhantes às do objeto da licitação

**19.2.** Demais exigências previstas em Edital.

## 20. DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

**20.1.** Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelos órgãos competentes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



**20.2.** Em se tratando de área de preservação, os serviços deverão ser pautados também segundo plano de manejo da área em questão.

**20.3.** Os materiais básicos empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto e o que está definido em plano de manejo e, ainda o previsto abaixo:

**20.3.1.** Sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

**20.3.2.** Sejam observados, quando possível, os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**20.3.3.** Os materiais devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

**20.3.4.** Não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**20.3.5.** Seja priorizado o uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;

**20.3.6.** Priorizar a utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;

**20.3.7.** Comprovar a origem da madeira a ser utilizada na execução dos serviços;

**20.3.8.** Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação.

**20.3.9.** Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

**20.3.10.** Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

**20.3.11.** Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

**20.3.12.** Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



**20.3.13.** Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

**20.3.14.** Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

**20.3.15.** Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

**20.4.** A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

**20.5.** A CONTRATADA deverá retirar, sob orientação da FISCALIZAÇÃO, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à FISCALIZAÇÃO para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela FISCALIZAÇÃO.

**20.6.** Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte pela CONTRATADA, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes e plano de manejo.

## **21. DO PAGAMENTO**

**21.1.** A CONTRATADA deverá apresentar Fatura/Nota Fiscal de Serviços devidamente discriminada para fins de pagamento dos serviços prestados. O pagamento do objeto desta licitação será efetuado mensalmente após medição dos serviços executados e atesto da FISCALIZAÇÃO.

## **22. DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E DA ALTERAÇÃO**

**22.1.** A vigência do contrato a ser firmado será de 12 (DOZE) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

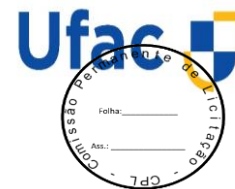
**22.2.** O presente instrumento contratual poderá ser alterado, com as devidas justificativas, na ocorrência de qualquer dos fatos estipulados no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

## **22.3. DO INÍCIO DOS SERVIÇOS**

**22.4.** A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços, inclusive quanto a disponibilidade dos recursos materiais e humanos necessários, até o 5º dia útil contados da assinatura do contrato, após recebimento de ordem de serviço.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018**



**22.5.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por solicitação justificada do CONTRATADO e aceita pela Administração.

**22.6.** DISPOSIÇÕES GERAIS

**22.7.** A instituição poderá, de acordo com seu interesse aumentar ou suprimir até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, conforme o que preceitua o art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/1993.

**22.8.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução de suas obrigações contidas no edital e neste termo de referência.

**22.9.** Para eventuais esclarecimentos, o licitante poderá entrar em contato com a Prefeitura do Campus, PREFCAM, através do telefone: (68) 3901-2509 das 08h às 12h e das 14h às 17h, de segunda à sexta-feira, em dias úteis.

**Rio Branco-AC, 07 de junho de 2018.**

**Antonio de Padua beira Pantoja Júnior  
Administrador/PRFCAM**

**Odineide Farias de Oliveira Bassi  
Prefeita do Campus**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



ANEXO I-A

ITEM	RELAÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO*
1.	Selo de vedação
2.	Rolamento
3.	Condensador
4.	Capacitor
5.	Bobina
6.	Rotor centrífugo
7.	Válvula de pé
8.	Disco de sucção
9.	Ventoinha
10.	Platinado
11.	Tampa
12.	Motor elétrico
13.	Carcaça
14.	Mancal de rolamento
15.	Gaxeta de vedação
16.	Disjuntor

\*Relação NÃO EXAUSTIVA. Para o perfeito funcionamento das bombas d'água a CONTRATADA poderá ter que substituir outras peças que não constam na relação, devendo prever tal situação em sua proposta.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



Anexo II

BOMBAS LOCALIZADAS NO CAMPUS RIO BRANCO e COLÉGIO DE APLICAÇÃO

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

GRUPO 1

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Estimativa de manutenção preventiva	Valor	Valor Total
1	Bomba Centrífuga de 7.5 CV, sucção de 3", recalque de 2", trifásica, 220 V.	9	745,00	6.705,00
2	Bomba Centrífuga de 15 CV, sucção de 2 ½", recalque 2 ½", trifásica, 220 V.	6	895,00	5.370,00
3	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 2", recalque de 1 ½", trifásica, 220 V.	6	545,00	3.270,00
4	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ½", recalque de 1 ¼", trifásica, 220 V.	9	495,00	4.455,00
5	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ½", recalque de 1 ¼", bifásica, 220 V.	3	445,00	1.335,00
6	Bomba Centrífuga de 1/3 CV, sucção de ¾", recalque de ¾", monofásica, 110 V.	3	295,00	885,00
7	Bomba Centrífuga de 5 CV, sucção 2", recalque ½", trifásica, 220 V.	12	645,00	7.740,00
8	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção 2 ½", recalque de 2", bifásica, 220 V.	3	495,00	1.485,00
9	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ¼" recalque de, 1", bifásica, 220 V.	3	475,00	1.425,00
10	Bomba injetora de 2 ½ CV, sucção de 1 ½", recalque de 1", bifásica, 220 V.	3	465,00	1.395,00
11	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ¼", recalque 1", bifásica, 220 V.	3	495,30	1.1485,00
12	Bomba Centrífuga de 4 CV, sucção 1 ½", recalque 1 ¼", trifásico, 220 V.	3	595,00	1.785,00
13	Bomba Centrífuga de 1 CV, sucção de 1", recalque 1", monofásica, 220 V.	3	345,00	1.035,00
14	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ½", recalque 1", bifásica, 220 V.	3	445,00	1.335,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



15	Bomba Centrífuga de 2 ½ CV, sucção 1 ½", recalque de 1", trifásico.	3	545,00	1.635,00
16	Bomba Centrífuga de 5 CV, sucção 2", recalque 1", trifásica, 220 V. (COLÉGIO DE APLICAÇÃO)	3	645,00	1.935,00
17	Bomba a Diesel, 5 CV, sucção 2", recalque 2" com ralo de sucção, 1 rotor semiaberto de 118mm de diâmetro, partida elétrica, tanque de 2,5 l, carcaça de alumínio e hidráulica em ferro fundido. <u>Localizada no carro pipa da UFAC.</u>	3	1.990,00	5.970,00
TOTALS		78		49.245,00

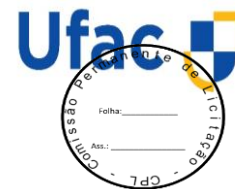
MANUTENÇÃO CORRETIVA

GRUPO 2

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Estimativa de manutenção corretiva	Valor	Valor Total
18	Bomba Centrífuga de 7.5 CV, sucção de 3", recalque de 2", trifásica, 220 V.	15	1.295,00	19.425,00
19	Bomba Centrífuga de 15 CV, sucção de 2 ½", recalque 2 ½", trifásica, 220 V.	10	1.375,00	13.750,00
20	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 2", recalque de 1 ½", trifásica, 220 V.	10	1.095,00	10.950,00
21	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ½", recalque de 1 ¼", trifásica, 220 V.	15	1.095,00	16.425,00
22	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ½", recalque de 1 ¼", bifásica, 220 V.	5	1.395,00	6.975,00
23	Bomba Centrífuga de 1/3 CV, sucção de ¾", recalque de ¾", monofásica, 110 V.	5	895,00	4.475,00
24	Bomba Centrífuga de 5 CV, sucção 2", recalque ½", trifásica, 220 V.	20	1.195,00	23.900,00
25	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção 2 ½", recalque de 2", bifásica, 220 V.	5	1.395,00	6.975,00
26	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ¼" recalque de, 1", bifásica, 220 V.	5	1.395,00	6.975,00
27	Bomba injetora de 2 ½ CV, sucção de 1 ½", recalque de 1", bifásica, 220 V.	5	1.195,00	5+975,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



28	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ¼", recalque 1", bifásica, 220 V.	5	1.395,00	6.975,00
29	Bomba Centrífuga de 4 CV, sucção 1 ½", recalque 1 ¼", trifásico, 220 V.	5	1.197,50	5.987,50
30	Bomba Centrífuga de 1 CV, sucção de 1", recalque 1", monofásica, 220 V.	5	1.105,00	5.520,00
31	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ½", recalque 1", bifásica, 220 V.	5	1.390,00	6.950,00
32	Bomba Centrífuga de 2 ½ CV, sucção 1 ½", recalque de 1", trifásico.	5	1.005,00	5.025,00
33	Bomba Centrífuga de 5 CV, sucção 2", recalque 1", trifásica, 220 V. <u>(COLÉGIO DE APLICAÇÃO)</u>	5	1.135,00	5.675,00
34	Bomba a Diesel, 5 CV, sucção 2", recalque 2" com ralo de sucção, 1 rotor semiaberto de 118mm de diâmetro, partida elétrica, tanque de 2,5 l, carcaça de alumínio e hidráulica em ferro fundido. <u>Localizada no carro pipa da UFAC.</u>	5	1.990,00	9.950,00
<b>TOTAIS</b>		<b>130</b>		<b>161.912,50</b>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



**Anexo III**

**BOMBA LOCALIZADA NA FAZENDA CATUABA**

**MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Estimativa de manutenção preventiva	Valor	Valor Total
35	Bomba Hidráulica ZM com roda 1,50m x 0,5m e cavalete, com entrada e saída de no mínimo 1", com vedação em couro	3	2.490,00	7.470,00

**MANUTENÇÃO CORRETIVA**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Estimativa de manutenção corretiva	Valor	Valor Total
36	Bomba Hidráulica ZM com roda 1,50m x 0,5m e cavalete, com entrada e saída de no mínimo 1", com vedação em couro	5	2.490,00	12.450,00





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



Anexo IV

BOMBAS LOCALIZADAS NO CAMPUS FRONTEIRA - CRUZEIRO DO SUL

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Estimativa de manutenção preventiva	Valor	Valor Total
37	Bomba Submersa, potência de 900 watts, sucção de 1", monofásica, 220 V.	3	300,00	900,00

MANUTENÇÃO CORRETIVA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Estimativa de manutenção corretiva	Valor	Valor Total
38	Bomba Submersa, potência de 900 watts, sucção de 1", monofásica, 220 V.	5	320,00	1.600,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



Anexo V

BOMBAS LOCALIZADAS NO CAMPUS FLORESTA DO ALTO ACRE – BRASÍLIA

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

GRUPO 3

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Estimativa de manutenção preventiva	Valor	Valor Total
39	Bomba Centrífuga de 2 CV, sucção de 1 ½”, recalque de 1 ½”, monofásica, 220 V.	3	595,00	1.785,00
40	Bomba Centrífuga de 1 CV, sucção de 1 ¼”, recalque 1”, monofásica, 110 V.	3	345,00	1.035,00
41	Bomba Submersa de 3 CV, sucção de 2”, recalque de 2”, trifásica, 220 V.	3	545,00	1.635,00
42	Bomba Centrífuga de 2 CV, sucção de 2 ½”, recalque de 2 ½”, trifásica, 220 V.	3	495,00	1.485,00
TOTALS		12		5.940,00

MANUTENÇÃO CORRETIVA

GRUPO 4

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Estimativa de manutenção corretiva	Valor	Valor Total
43	Bomba Centrífuga de 2 CV, sucção de 1 ½”, recalque de 1 ½”, monofásica, 220 V.	5	595,00	2.975,00
44	Bomba Centrífuga de 1 CV, sucção de 1 ¼”, recalque 1”, monofásica, 110 V.	5	345,00	1.725,00
45	Bomba Submersa de 3 CV, sucção de 2”, recalque de 2”, trifásica, 220 V.	10	545,00	5.450,00
46	Bomba Centrífuga de 2 CV, sucção de 2 ½”, recalque de 2 ½”, trifásica, 220 V.	10	445,00	4.450,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



<b>TOTAIS</b>	<b>30</b>		<b>14.600,00</b>
---------------	-----------	--	------------------

Anexo VI

BOMBAS LOCALIZADAS NO NÚCLEO XAPURI

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Estimativa de manutenção preventiva	Valor	Valor Total
47	Bomba Centrífuga, potência de 3,500 RPM, sucção de 3/4", recalque de 3/4", 110 V.	3	272,50	817,50

MANUTENÇÃO CORRETIVA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Estimativa de manutenção corretiva	Valor	Valor Total
48	Bomba Centrífuga, potência de 3,500 RPM, sucção de 3/4", recalque de 3/4", 110 V.	5	495,00	2.475,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>257.410,00</b>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



ANEXO II – Minuta do Contrato

MINUTA DE CONTRATO Nº \_\_\_\_/2018

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº \_\_\_\_/2018, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE/UFAC E A EMPRESA XXXXX . .. CONFORME PROCESSO Nº 23107.015028/2017-13**

A União, por intermédio da Universidade Federal do Acre, com sede na BR 364, KM 04, Campus Universitário, na cidade de Rio Branco/Acre, inscrita no CNPJ sob o nº 04.071.106/0001-37, neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor Prof....., inscrito no CPF nº 217.220.992-91, portador da Carteira de Identidade nº 155.481 SSP/AC, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa -----, inscrita no CNPJ sob o nº -----, sediada na rua -----, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo -----, portador da Carteira de Identidade nº ----- SSP/AC e CPF nº -----, tendo em vista o que consta no Processo nº ----- /20--- e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico Tradicional nº xx/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- a. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de **serviços continuados** de manutenção preventiva e corretiva, com trocas de peças, nas bombas d'água nas unidades da Universidade Federal do Acre: **Colégio de Aplicação, Campus Rio Branco, Campus Floresta, em Cruzeiro do Sul, Campus Fronteira do Alto Acre, em Brasiléia e Núcleo Xapuri, Fazenda Catuaba e Reserva Florestal Humaitá**, conforme Projeto Básico - PREFCAM nº 04/2017 e seus anexos (fls. ....).
- b. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- c. Descrição, especificação e quantificações **estimadas** do objeto da contratação:

**BOMBAS LOCALIZADAS NO CAMPUS RIO BRANCO E COLÉGIO DE APLICAÇÃO  
MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. Estimada	V. UNIT.	V. TOTAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



1	Bomba Centrífuga de 7.5 CV, sucção de 3", recalque de 2", trifásica, 220 v.	09		
2	Bomba Centrífuga de 15 CV, sucção de 2 ½", recalque 2 ½", trifásica, 220v.	06		
3	Bomba Centrífuga de 3 CV , sucção de 2", recalque de 1 ½ " , trifásica, 220 v.	06		
4	Bomba Centrífuga de 3CV, sucção de 1 ½", recalque de 1 ¼", trifásica, 220 V.	09		
5	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ½", recalque de 1 ¼", bifásica, 220V.	03		
6	Bomba Centrífuga de 1/3 CV, sucção de ¾", recalque de ¾", monofásica, 110v.	03		
7	Bomba Centrífuga de 5CV, sucção de 2", recalque ½", trifásica, 220 v.	12		
8	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 2 ½", recalque de 2", bifásica, 220 V.	03		
9	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ¼", recalque de 1", bifásica. 220V.	03		
10	Bomba injetora de 2 ½ CV, sucção de 1 ½", recalque de 1", bifásica, 220V.	03		
11	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ¼", recalque de 1", bifásica, 220 V.	03		
12	Bomba Centrífuga de 4 CV, sucção 1 ½", recalque de 1 ¼", trifásico, 220 V.	03		
13	Bomba Centrífuga de 1 CV, sucção de 1", recalque de 1", monofásica, 220V.	03		
14	Bomba Centrífuga de 3CV, sucção de 1 ½", recalque 1" bifásica 220V.	03		
15	Bomba Centrífuga de 2 ½ CV, sucção de 1 ½", recalque de 1", trifásico.	03		
16	Bomba Centrífuga de 5CV, sucção de 2" recalque de 1", trifásica de 220 V. – <b>Localizada no Colégio de Aplicação</b>	03		
17	Bomba a Diesel, 5 CV, sucção 2", recalque 2" com ralo de sucção, 1 rotor semiaberto de 118mm de diâmetro, partida elétrica, tanque de 2,5 l, carcaça de alumínio e hidráulica em ferro fundido – <b>Localizado no carro pipa da UFAC</b>	03		
	TOTAL	78		

**MANUTENÇÃO CORRETIVA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. Estimada	V. UNIT.	V. TOTAL
------	-----------	-----------------	----------	----------



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



18	Bomba Centrífuga de 7.5 CV, sucção de 3", recalque de 2", trifásica, 220 v.	15		
19	Bomba Centrífuga de 15 CV, sucção de 2 ½", recalque 2 ½", trifásica, 220v.	10		
20	Bomba Centrífuga de 3 CV , sucção de 2", recalque de 1 ½ " , trifásica, 220 v.	10		
21	Bomba Centrífuga de 3CV, sucção de 1 ½", recalque de 1 ¼", trifásica, 220 V.	15		
22	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ½", recalque de 1 ¼", bifásica, 220V.	5		
23	Bomba Centrífuga de 1/3 CV, sucção de ¾", recalque de ¾", monofásica, 110v.	5		
24	Bomba Centrífuga de 5CV, sucção de 2", recalque ½", trifásica, 220 v.	20		
25	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 2 ½", recalque de 2", bifásica, 220 V.	5		
26	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ¼", recalque de 1", bifásica. 220V.	5		
27	Bomba injetora de 2 ½ CV, sucção de 1 ½", recalque de 1", bifásica, 220V.	5		
28	Bomba Centrífuga de 3 CV, sucção de 1 ¼", recalque de 1", bifásica, 220 V.	5		
29	Bomba Centrífuga de 4 CV, sucção 1 ½", recalque de 1 ¼", trifásico, 220 V.	5		
30	Bomba Centrífuga de 1 CV, sucção de 1", recalque de 1", monofásica, 220V.	5		
31	Bomba Centrífuga de 3CV, sucção de 1 ½", recalque 1" bifásica 220V.	5		
32	Bomba Centrífuga de 2 ½ CV, sucção de 1 ½", recalque de 1", trifásico.	5		
33	Bomba Centrífuga de 5CV, sucção de 2" recalque de 1", trifásica de 220 V. – <b>Localizada no Colégio de Aplicação</b>	5		
34	Bomba a Diesel, 5 CV, sucção 2", recalque 2" com ralo de sucção, 1 rotor semiaberto de 118mm de diâmetro, partida elétrica, tanque de 2,5 l, carcaça de alumínio e hidráulica em ferro fundido – <b>Localizado no carro pipa da UFAC</b>	5		
	TOTAL	130		





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



**BOMBA LOCALIZADA NA FAZENDA CATUABA**  
**MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. Estimada	V. UNIT.	V. TOTAL
35	Bomba Hidráulica ZM com roda 1,50x0,5 e cavalete , com entrada e saída de no mínimo 1", com vedação em couro	03		
	TOTAL	03		

**MANUTENÇÃO CORRETIVA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. Estimada	V. UNIT.	V. TOTAL
36	Bomba Hidráulica ZM com roda 1,50x0,5 e cavalete , com entrada e saída de no mínimo 1", com vedação em couro	05		

**BOMBA LOCALIZADA NO CAMPUS FLORESTA- CRUZEIRO DO SUL**  
**MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. Estimada	V. UNIT.	V. TOTAL
37	Bomba Submersa, potência de 900 watts, sucção de 1", monofásica, 220 V.	03		
	TOTAL	03		

**MANUTENÇÃO CORRETIVA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. Estimada	V. UNIT.	V. TOTAL
38	Bomba Submersa, potência de 900 watts, sucção de 1", monofásica, 220 V.	05		
	TOTAL	05		

**BOMBAS LOCALIZADAS NO CAMPUS FRONTEIRA – BRASILÉIA**  
**MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. Estimada	V. UNIT.	V. TOTAL
------	-----------	-----------------	----------	----------



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



39	Bomba Centrífuga de 2CV, sucção de 1 ½", recalque de 1 ½" monofásica, 220 V.	03		
40	Bomba Centrífuga de 1 CV, sucção de 1 ¼", recalque 1", monofásica, 110 V.	03		
41	Bomba Submersa de 3 CV, sucção de 2", recalque de 2", trifásica, 220V.	03		
42	Bomba Centrífuga de 2CV, sucção de 2 ½", recalque de 2 ½", trifásica, 220 V.	03		
	TOTAL	12		

**MANUTENÇÃO CORRETIVA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. Estimada	V. UNIT.	V. TOTAL
43	Bomba Centrífuga de 2CV, sucção de 1 ½", recalque de 1 ½" monofásica, 220 V.	05		
44	Bomba Centrífuga de 1 CV, sucção de 1 ¼", recalque 1", monofásica, 110 V.	05		
45	Bomba Submersa de 3 CV, sucção de 2", recalque de 2", trifásica, 220V.	10		
46	Bomba Centrífuga de 2CV, sucção de 2 ½", recalque de 2 ½", trifásica, 220 V.	10		
47	TOTAL	30		

**BOMBA LOCALIZADA NO NUCLEO XAPURI  
MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. Estimada	V. UNIT.	V. TOTAL
48	Bomba Centrífuga, potência de 3,500 RPM, sucção de ¾", recalque de ¾", de 110V.	03		
TOTAL				

**MANUTENÇÃO CORRETIVA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. Estimada	V. UNIT.	V. TOTAL
49	Bomba Centrífuga, potência de 3,500 RPM, sucção de ¾", recalque de ¾", de 110V.	05		
TOTAL				

<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS ITENS</b>	R\$
---------------------------------------	-----



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

a. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de -----e encerramento em -----, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- a.i. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- a.ii. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- a.iii. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- a.iv. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- a.v. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

b. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

a. O valor total estimado da contratação é de R\$ -----.

b. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

PTRES:

b. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

a. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018**



**6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

- a. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Geral de Preço de Mercado (IGP-M).
- b. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- a. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ -----, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, após a assinatura do contrato.

**8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

- a. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

**9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- a. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

- a. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

- a. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- b. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- c. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- d. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
  - d.i. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - d.ii. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - d.iii. Indenizações e multas.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

- a. É vedado à CONTRATADA:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



- a.i. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- a.ii. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- a. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- b. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
  - b.i. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- c. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

- a. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

- a. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

- a. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Rio Branco/AC - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio Branco – Acre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXX  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

Campus Universitário – Rodovia BR 364 – Km 04, Distrito Industrial – Rio Branco Acre - CEP 69.920-900  
E-mail: licitacao.ufac@gmail.com  
Fone: (68) 3229-7288



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



**ANEXO III**  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos R\$ \_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do emissor





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



**ANEXO IV**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**

\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_ (ENDEREÇO) \_\_\_, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, e para os fins do (MODALIDADE DE LICITAÇÃO) nº. XXXXXX, Processo nº. XXXXX, DECLARA expressamente que realizou visita técnica nas dependências da Universidade Federal do Acre – UFAC e vistoriou os locais onde serão realizados os serviços, citadas ou não no Termo de Referência, as dimensões dos espaços e fatores ambientais, bem como a quantificação dos materiais, das ferramentas, dos utensílios e dos equipamentos, entre outros, requeridos para a prestação dos serviços.

Rio Branco, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

\_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal

NOME DO SERVIDOR DESIGNADO – UFAC/AC

MATRÍCULA SIAPE:

\_\_\_\_\_

Assinatura do Servidor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISTORIA PRÉVIA

REF.: (IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO)

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº. ...., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº. .... e do CPF nº. .... DECLARA, abrir mão da VISTORIA PRÉVIA ao local onde serão prestados os serviços que trata esta licitação, conforme dispõe o edital da licitação em referência.

Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando a Fundação Universidade Federal do Acre - UFAC, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

.....  
(data)

.....  
(Representante Legal)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2018



**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico n.º .../2018, instaurado pela Universidade Federal do Acre - UFAC, de que atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto.  
Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....de.....de 2018.

-----

Nome:  
RG/CPF:  
Cargo: